

Aquecimento global

O que fazer para reduzir as emissões

NÃO HÁ dúvidas de que as questões climáticas vêm ganhando imenso espaço nos últimos anos. De documentos sendo premiados com o Oscar à pesada inserção dessa temática no debate político-eleitoral, observa-se uma crescente preocupação de ONGs, governos e corporações com o processo de mudança climática. Contudo, essa maior consciência dos riscos ambientais não tem se convertido em políticas mais efetivas, visando mitigar esse processo. Diversos fatores ajudam a entender a morosidade em se aprovar ações mais pragmáticas em relação ao aquecimento global.

Uma primeira questão estaria ligada à própria existência do processo de aquecimento. Mesmo com os diversos estudos científicos trazendo evidências desse aquecimento, encontram-se ainda muitos céticos em relação a esse processo. A existência ou não do aquecimento está baseada na credibilidade do aparato científico que aponta sua existência. Instituições científicas internacionais, como o Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), têm um papel fundamental na construção dessa credibilidade ao gerar estudos verificáveis sobre o aquecimento do planeta.

Os escândalos observados recentemente sobre a possível manipulação de dados por parte de pesquisadores ligados ao IPCC têm sido utilizados para questionar essas pesquisas e, consequentemente, a existência do processo de aquecimento. O caso mais famoso foi o vazamento de *e-mails* de pesquisadores do Climate Research Unit (CRU) da universidade britânica de East Anglia. Os *e-mails* indicariam

que teria havido manipulação de dados em pesquisas que embasaram relatórios do IPCC.

Artigo da revista *The Economist* relata que, após os sucessivos escândalos e denúncias de erros, foram montadas comissões, buscando avaliar quão sólidas seriam as pesquisas sobre mudanças climáticas e, de forma mais geral, o aparato científico que analisa tais questões. No início de julho, foram divulgados relatórios de duas comissões criadas com este intuito. A própria universidade de East Anglia realizou uma investigação do chamado "*climagate*", e o Dutch Environmental Assessment Agency analisou outras denúncias de erros por parte de pesquisadores do IPCC. O resultado dos relatórios indica que a pesquisa científica que compôs o relatório do IPCC é sólida tanto pelos métodos científicos utilizados como pela qualificação e credibilidade dos pesquisadores envolvidos. Não teriam sido encontradas evidências de qualquer ato deliberado visando omitir ou maquiar os resultados.

Ainda assim, a comissão holandesa encontrou alguns erros pontuais no relatório do IPCC. No caso da universidade britânica, a comissão investigativa fez críticas aos pesquisadores por não revisarem os dados e não especificarem corretamente detalhes da pesquisa.

De forma geral, os relatórios acima mencionados demonstram que o IPCC e os demais órgãos que participaram das pesquisas sobre mudanças climáticas precisam de reformas para tornar sua estrutura mais transparente. Pouco se sabe como são selecionados as pesquisas e os pesquisadores que compõem essas redes acadêmicas.

Tornar esse sistema público ajudaria a diminuir as chances de omissão de diferentes pontos de vista e, assim, reduzir-se-ia a chance de erros nos relatórios.

A falta de um consenso sobre a real magnitude do aquecimento global explica parte da dificuldade em se estabelecer políticas ativas e emergenciais para conter esse processo. Ainda assim, os entraves na esfera político-diplomática se mostram bem mais complexos do que o debate científico.

Como resultado, as negociações climáticas andam a passos lentos. Os poucos avanços observados na última COP em Copenhague vêm se repetindo nas reuniões posteriores ocorridas neste ano. A reunião realizada em Bonn, no início de junho, também apresentou resultados modestos e não traz boas perspectivas para o encontro na Cidade do México que deverá ocorrer no fim deste ano.

No âmbito das políticas nacionais, essas questões também não estão avançando como se esperava. Mesmo após os inúmeros discursos do presidente Obama sobre a importância de reduzir as emissões dos EUA, o senado americano não aprovou o esperado plano ambiental e o sistema de Cap-and-trade naquele país. O projeto só poderá voltar à votação nessa casa no próximo ano. Esse fiasco afeta não só o volume das emissões (os EUA são os maiores em emissões *per capita* do planeta), como também manda uma mensagem negativa para outros grandes emissores formularem suas políticas de mitigação. Observa-se uma espécie de tragédia dos comuns, em que os agentes não incorrem em custos, caso não verificarem o mesmo por parte dos outros.

Até o momento, temos pouco a comemorar em relação às ações visando à redução de emissões. A urgência de tais políticas ainda esbarra em questões políticas e econômicas que impedem a aprovação de ações em nível nacional e internacional. Talvez sejam necessários sinais mais claros e com prejuízos econômicos mais visíveis para que legislações ambientais mais efetivas consigam passar nas esferas políticas e diplomáticas. ■